

Tema: Sector Vitivinícola					Âmbito: Nacional		
Título: Douro – 250 anos, por Elisa Ferreira					Temática: Generalista		GRP: 11.7
2006/10/01	JORNAL DE NOTICIAS – PRINCIPAL		Pág. 24		Imagem: 1/1		Periodicidade: Diária

Opinião

“Bem-aventurado o que emprega a energia nas suas tarefas, sem se preocupar com o resultado”. - Beethoven (1770-1827), compositor alemão.



Douro – 250 anos

Desde Setembro que o Douro, esse “espaço de eleição”, regressou às páginas dos jornais e às temáticas das conferências. Comemoram-se os 250 anos de um acto político de D. José, inspirado pelo Marquês de Pombal: a criação no Douro de uma das primeiras zonas vinícolas de denominação de origem controlada. Vale a pena comemorar? Penso que sim, porque os actos de clarividência política - que por cá tendem a escassear - merecem celebração. E porque, independentemente das vicissitudes e abusos historicamente registados ao abrigo daquela decisão inicial, nela reside a origem de um dos poucos produtos de excelência em que Portugal integra a elite mundial mais qualificada; não vale a pena citar os prémios internacionais, os “vintage” míticos, a crescente afirmação nos mercados mais exigentes ou o saber acumulado e combinado de produtores e enólogos para se perceber que temos no Douro um (infelizmente) raríssimo exemplo nacional de “cluster” de competitividade mundial.

Dois séculos e meio passados, aquela decisão inicial não só gerou uma sustentada excelência do vinho como, à laia de benefício colateral, criou uma paisagem única, de beleza e majestade suficientemente marcantes para merecer, em 2001, o galardão de património mundial da UNESCO. Actualmente, os que muito justamente receiam a excessiva dependência em relação à monocultura do vinho, paralelamente são levados a reconhecer o óbvio potencial, ao mesmo tempo complementar e alternativo, que hoje representa o turismo de qualidade, sendo já vários os empreendimentos que se vão consolidando, confirmando a existência des-

se novo filão. Mas a comemoração propicia também um olhar mais atento sobre o Douro, o qual suscita dois outros sentimentos, um de perplexidade e outro de risco. O primeiro resulta do constrangimento provocado, perante tal realidade, pela persistência de uma pobreza estrutural: talvez mais do que há 250 anos, os pouco mais de 200.000 habitantes do Douro estão entre os mais pobres e menos instruídos do País, são 30% mais velhos do que a média nacional e têm um poder de compra equivalente a 39% do de um habitante da capital; o que os leva a, talvez por isso mesmo, abandonarem o Douro, nas últimas duas décadas à razão de quase cinco habitantes por dia. Será este território um buraco

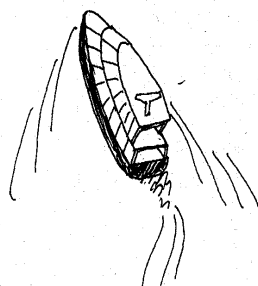
negro esquecido entre as prioridades das nossas políticas públicas? Diria que a questão não se coloca assim; ela é de outro foro, que o presente espaço não permite tratar: é que é quase impossível que 21 concelhos pobres - com menos habitantes que a maioria das freguesias das grandes urbes, ameaçados de envelhecimento e despovoamento, repartidos por quatro Agrupamentos de Concelhos pertencentes a quatro Distritos - consigam, apesar dos esforços de coordenação sem instrumentos da CCDRN, tirar proveito suficiente da proliferação de programas, interlocutores, serviços desconcentrados e políticas nacionais (turismo, agricultura, cultura, estradas e caminhos-de-ferro, ambiente, educação, saúde, etc.) centralmente definidos e incidindo de-sarticuladamente, na

maioria dos casos, sobre o seu frágil território.

O risco é o da iminente destruição da paisagem. O turismo no Douro exige uma paisagem impoluta e autêntica, núcleos urbanos preservados, um tecido cujos poros sejam atravessados pela qualidade. Mas, se todos o reclamam, pergunte-se: quem são os actores? Apesar dos muitos planos delineados, os grandes responsáveis pela gestão da paisagem do Vale do Douro são os autarcas. Sejamos, então, claros: quem, na sua posição, ousaria justificar junto dos eleitores a rejeição de uma nova casa ou estabelecimento, a extensão de um armazém ou a construção de uma “fabriqueta” por não serem esteticamente adequados ou por agredirem a paisagem vista a partir do rio, abdicando assim de interesses e receitas concelhias em prol de lógicas “integradas” que, na prática, só indirecta e tardiamente beneficiam o seu concelho? Pelo que, ao contrário de muitos, diria que os autarcas do Douro têm resistido razoavelmente e com sabedoria a estas tentações naturais.

Há 250 anos, perante a potencial perda de um bem excepcional e em nome do interesse nacional, Pombal definiu uma política clara e detalhada, com regras, instituições e mecanismos de controlo. Hoje, a história repete-se: Portugal precisa de uma política para o Douro, dotada de responsáveis, instrumentos e meios, capaz de combinar turismo e desenvolvimento; para o que as recentes decisões governamentais nesse sentido têm de configurar uma verdadeira prioridade política - enquanto persistirmos na ausência de regiões e tivermos de viver em centralismo, que este seja ao menos iluminado...

Elisa Ferreira escreve no JN, semanalmente, aos domingos



FRANCISCO PROVIDÊNCIA